

HABEAS CORPUS Nº 549.427 - SP (2019/0360781-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : NOEL RICARDO MAFFEI DARDIS
ADVOGADO : NOEL RICARDO MAFFEI DARDIS - SP139799
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ORLANDO DANIEL FRANCO MARTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus**, impetrado em favor de ORLANDO DANIEL FRANCO MARTINS, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais, a revogação da prisão preventiva, em razão do excesso de prazo para o julgamento do habeas corpus impetrado no Tribunal **a quo**.

É o breve relatório.

Decido.

Cumpre consignar, na linha dos precedentes desta Corte, que o prazo para a conclusão do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Nesse sentido, o seguinte precedente:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. RÉU CONDENADO A 5 ANOS E 10 MESES DE RECLUSÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DE APELAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO, COM RECOMENDAÇÃO.

1. O excesso de prazo para o julgamento da apelação não pode ser medido apenas em razão do tempo decorrido para o julgamento do recurso, devendo ser apreciado, também, a partir do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo em vista a complexidade da causa em

juízo, bem como a pena imposta na sentença condenatória.

2. De acordo com as informações prestadas pelo Tribunal de Justiça, o recurso foi registrado em 20/4/2017, distribuído ao Relator em 24/4/2017. Na sequência, os autos seguiram para Procuradoria de Justiça para parecer e voltaram conclusos ao relator em 5/5/2017. Nesse contexto, considerando os trâmites necessários, a complexidade do feito, com apelação de dois réus, com patronos diversos não se visualiza desídia que possa ser atribuída ao Tribunal, que justifique o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

3. Outrossim, considerando a pena total a que foi condenado o paciente - 5 anos e 10 meses de reclusão -, não verifico flagrante excesso de prazo para o julgamento do recurso, pois não demonstrado que, em razão de eventual demora para a apreciação da apelação, o paciente se encontra impedido de usufruir de benefícios relativos à execução da pena, que já foi iniciada, tendo sido expedida a competente guia de execução provisória.

4. Habeas corpus denegado, com recomendação, ao Tribunal de origem, para que promova maior celeridade ao julgamento do apelo defensivo" (HC 419.407/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 30/11/2017).

Insta dizer que da decisão liminar do Tribunal a quo o ora paciente impetrou o **habeas corpus** 543.405/SP o qual indeferi liminarmente tendo em vista a incidência da Súmula 691/STF.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao Tribunal **a quo** sobre o alegado na inicial deste **writ**.

Após, abra-se vista ao d. Ministério Público Federal.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator